



Centro Universitário de Brasília – UniCEUB

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas – FASA

Jornalismo

PATRÍCIA GOULART

## A VERDADE E A VERDADE DA DITADURA

Relação de imprensa e Estado no regime militar  
a partir de duas vertentes

BRASÍLIA  
junho de 2006

PATRÍCIA GOULART

## A VERDADE E A VERDADE DA DITADURA

Relação de imprensa e Estado no regime militar  
a partir de duas vertentes

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Centro Universitário de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo. Orientador: Prof. Paulo Paniago.

BRASÍLIA  
junho de 2006

PATRÍCIA GOULART

## A VERDADE E A VERDADE DA DITADURA

Relação de imprensa e Estado no regime militar  
a partir de duas vertentes.

Trabalho de conclusão de curso apresentado  
ao Centro Universitário de Brasília, como  
requisito parcial para obtenção do título de  
Bacharel em Comunicação Social com  
habilitação em Jornalismo. Orientador: Prof.  
Paulo Paniago

Brasília, junho de 2006

### BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Paulo Paniago  
Orientador

---

Prof. Severino Francisco  
Examinador

---

Prof. Lara Amorim  
Examinadora

## **AGRADECIMENTO**

Agradeço ao professor Paulo Paniago, orientador e amigo, por me emprestar tempo, dedicação e conhecimento.

Agradeço à minha família, por compreender minhas apreensões e ausências no decorrer da elaboração deste trabalho.

Agradeço também aos professores Amalia e Sérgio, pela contribuição prestada com carinho e prontidão.

“Quando a lenda se torna um fato, imprima a lenda.”

(Jonh Ford, *O homem que matou o facínora*)

## RESUMO

O presente trabalho traz à tona histórias vividas durante a ditadura imposta ao Brasil com o golpe militar, em 31 de março de 1964. Histórias que têm como protagonista a imprensa brasileira. A censura, que chegou de mãos dadas com o regime, passou a ditar regras, definir rumos e, principalmente, esconder palavras e calar vozes. Jornais ficaram à mercê das canetas dos censores, posicionados entre leitores e redações, para que fosse informado apenas o que o governo julgasse conveniente. Militares mostraram força fechando jornais, com redações destruídas e prisão para profissionais que atrevessem contar além do que as canetas repressoras permitiam. As crônicas do jornalista, escritor e romancista Carlos Heitor Cony, publicadas no jornal *Correio da Manhã* nos meses que se seguiram ao golpe, depois publicadas no livro *O ato e o fato: o som e a fúria das crônicas contra o golpe de 1964*, retratam o poder de um governo que veio para se instalar violentamente nas vidas dos brasileiros e desses derrotar ideologias, interromper reformas, frustrar sonhos. Na contramão das revelações de Cony, estão as 404 páginas do livro *Cães de guarda: jornalistas e censores do AI-5 à Constituição de 1988*, da historiadora Beatriz Kushnir, que aprofundou na pesquisa para elaborar tese de doutorado pela Universidade de Campinas, pela qual recebeu aprovação com louvor. Na tese, transformada em livro, estão registrados depoimentos de ex-censores e jornalistas que vêm trazer outra versão para a história. A autora mostra o quanto alguns jornais da grande imprensa não só deixaram de resistir ao arbítrio como colaboraram com a repressão. O livro traz a polêmica revelação de que os mesmos porões que escondiam instrumentos da censura abrigavam também jornalistas de formação.

### Palavras-chave:

Ditadura militar. Censura. Imprensa.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
De que forma e por que analisar as duas obras?.....	10
I HISTÓRIAS DO REGIME MILITAR DEPOIS DO GOLPE DE 1964.....	11
1.1 Considerações sobre a escolha do tema.....	12
2 APRESENTAÇÕES E CONCEITOS.....	13
2.1 O que é ditadura militar.....	13
2.2 Relações de imprensa e Estado em todas as épocas.....	15
2.3 Conceito de crônica.....	17
2.4 Quem é Carlos Heitor Cony.....	19
2.5 Quem é Beatriz Kushnir.....	20
3 CONY TRADUZ EXPERIÊNCIA EM CRÔNICAS.....	21
4 VERSÃO DE KUSHNIR CONTA OUTRA HISTÓRIA.....	25
5 CHOQUE ENTRE VERDADES.....	35
CONCLUSÃO.....	37
BIBLIOGRAFIA.....	39

## INTRODUÇÃO

Muitas são as histórias relatadas em livros, artigos de revistas, jornais, documentários, filmes e em outras mídias que mostram a atuação do regime militar depois do golpe de 1964, especialmente em relação ao trato com a imprensa da época. Até agora, ao que se costuma assistir são declarações de como a ditadura proibiu a publicação de matérias, editoriais, reportagens, crônicas e artigos que se opunham ao governo. Foi noticiado que jornais sofreram depredações. Prática de crueldade, na avaliação de simpatizantes de esquerda e profissionais que viveram as pressões da censura e o fim da liberdade de imprensa.

Alguns deles ainda estão vivos para prestar depoimentos acerca desses fatos. Como exemplo, Carlos Heitor Cony, autor do livro *O ato e o fato: a fúria das crônicas contra o golpe de 1964*. Ele, que escreveu romances, artigos, crônicas e livros, que viveu horrores de um longo período de militarismo, pôde assistir, recentemente, ao lançamento do livro da historiadora Beatriz Kushnir, *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*.

Nele, estão registrados relatos embasados, evidências, entrevistas, depoimentos que contam outra versão. Pesquisa que exigiu dedicação, profundas apurações e, somado a isso, ousadia de mostrar o outro lado da história, o contraditório, o oposto que veio mexer com os ânimos de muita gente envolvida e disposta a provar que o conteúdo do livro traz mentiras e calúnias.

Neste trabalho, serão mostrados os dois lados. Um, contado por quem presenciou o golpe desde o primeiro dia, sofreu as conseqüências de uma mudança radical de forma de governo, teve família ameaçada, foi preso, proibido de falar ou escrever e registrou tudo nas crônicas publicadas em jornal, depois editadas em livro. É o lado de quem viu com os próprios olhos e passou todas as emoções para o papel, em relatos corajosos contra um regime que se instalava no Brasil em 31 de março de 1964.

O outro lado a ser mostrado foi escrito por quem pesquisou a fundo, investigou e traduziu a apuração em trabalho acadêmico, digno de aprovação com louvor pela Universidade de Campinas. Beatriz Kushnir iniciou a tese de doutorado com intuito de avaliar o quanto a imprensa colaborou com os militares que tomaram o poder. Ao longo da pesquisa, deparou-se com fatos que a levaram a alterar rumos e dar ao trabalho outro norte.

Ao analisar o periódico *Folha da Tarde*, do grupo Folha da Manhã, especialmente entre os anos 1967 e 1984, reuniu provas escritas – como manchetes e matérias publicadas durante o período – que denunciavam o grau de cumplicidade desse jornal com o governo. Aprofundando-se mais ainda nas investigações, entrevistou jornalistas e ex-censores que ratificaram o que as manchetes e outros documentos vinham comprovar. Havia, de fato, jornais da grande imprensa agindo a favor do governo e contribuindo para que fosse publicado apenas o que interessava a ele. A autocensura era, então, praticada.

A historiadora não presenciou a perseguição dos censores pelas redações dos jornais da época, muito menos viu armas e tanques de guerra espalhados pelas ruas do país. Não sentiu as mesmas emoções de Carlos Heitor Cony, tampouco sofreu ameaças e horrores vividos por ele. Mas conseguiu provar, quarenta anos depois, que existe outra versão para a história, até então não explorada pelos historiadores.

## De que forma e por que analisar as duas obras?

O livro de Carlos Heitor Cony *O ato e o fato: a fúria das crônicas contra o golpe de 1964* reúne crônicas escritas durante o regime militar, publicadas diariamente no *Correio da Manhã*, jornal que se opôs à repressão praticada pelo governo. Nas crônicas, ele descreve, passo a passo, transformações ocorridas com o Brasil e impostas à população, desde o golpe ocorrido em 31 de março de 1964.

Beatriz Kushnir revela, com o livro *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*, uma polêmica atualmente discutida entre jornalistas e historiadores, porque põe em questão a idéia de que a imprensa foi vítima do regime e que sofreu perseguições ao tentar cumprir princípios básicos do jornalismo, ou seja, publicar o fato dentro da verdade, com isenção e imparcialidade. Com provas reunidas à custa de pesquisa intensa, o livro conta o quanto parte da grande imprensa foi reacionária e contribuiu para que os anos de chumbo ficassem ainda mais pesados e intragáveis.

Este trabalho justifica-se porque, apontadas as contradições do que dizem as obras de Cony e de Kushnir, novas fontes de pesquisa e depoimentos poderão ser colhidos para ampliar informações e, com isso, possibilitar reescrever a história da relação ditadura/imprensa. Até hoje, o que se sabe acerca da força da ditadura militar sobre a imprensa é que a censura calou a voz dos profissionais de jornalismo, que se viram limitados a divulgar para o público assuntos de interesse do governo. Estudos posteriores poderão ser aprofundados, considerando novas ponderações e pensamentos.

Para tecer análise comparativa, serão confrontadas as idéias apontadas, sempre observando argumentos utilizados, fontes de pesquisa de cada um, provas e evidências, bem como testemunhos e depoimentos paralelos. A idéia é avaliar pontos positivos e negativos que tornam mais ou menos procedentes cada uma das versões.

Conversar com os dois autores em muito enriqueceria esta monografia. Em entrevista por telefone com a historiadora Beatriz Kushnir, foi possível obter depoimentos importantes que contribuiriam para melhorar o conteúdo deste trabalho. Curiosidades e barreiras encontradas pela autora – que não estão descritos na obra – foram reveladas durante a entrevista. Infelizmente, não foi possível entrevistar Carlos Heitor Cony, que não retornou os contatos, após várias tentativas. Esta reflexão tem por objetivo concluir se é possível, a partir dessa análise, que os pensamentos dos dois autores mencionados sejam tradutores da verdade, já que o fato é único e as versões são ambíguas e contraditórias.

## I HISTÓRIAS DO REGIME MILITAR DEPOIS DO GOLPE DE 1964

Esta reflexão se debruça sobre as obras *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*, da historiadora Beatriz Kushnir, e *O ato e o fato: o som e a fúria das crônicas contra o golpe de 1964*, do jornalista Carlos Heitor Cony, bem como as contradições que elas carregam entre si. O foco da análise é o paralelo entre os dois livros, com intuito de mostrar a história da passagem da ditadura militar contada a partir de duas vertentes: experiência e pesquisa.

A partir do quadro que essas escolhas traçam, há o desejo de pensar, fundamentalmente, duas questões. Primeiro, analisar se a visão crítica, o viés político decorrente dessa visão e o calor da hora abalaram, de alguma forma, em algum momento, por alguma razão, a veracidade dos fatos narrados por Cony nas crônicas publicadas no jornal *Correio da Manhã* – posteriormente editadas em livro – nos meses que se seguiram ao golpe militar de 1964. Compartilho as conclusões do professor de jornalismo Gonzalo Martin Vivaldi, que compara a crônica com o pincel do pintor que interpreta a natureza, diferentemente do que reproduz a câmera fotográfica.

Uma segunda problemática ancora-se na obra de Kushnir e as polêmicas que ela vem gerando. Essas me levam a concluir que a tese de doutorado, publicada em livro em 2004, mexe com jornalistas e interessados no assunto, quando estes lêem no livro da historiadora o quanto a grande imprensa foi conivente com o governo nos anos de ditadura, especialmente a partir de 1968, após ter sido decretado o Ato Institucional nº 5. Cabe também questionar se a distância física e temporal torna mais ou menos legítimas as reflexões de Beatriz Kushnir.

O que também norteia esta monografia é a busca de compreender que, embora antagônicas, pode-se considerar as duas visões como tradutoras da verdade. Daí a opção de intitular o presente trabalho como “a verdade e a verdade da ditadura militar”. A partir desse esboço e centrando a análise das duas versões, constata-se que o tempo guardou, e ainda guarda feridas que, em um hiato de quarenta anos – entre a publicação das crônicas em 1964 e do livro *Cães de guarda*, em 2004 – como demonstram os debates surgidos acerca do livro de Kushnir, estão longe da cicatrização.

## Considerações sobre a escolha do tema

O interesse pelo tema surgiu de alguns encontros. A idéia inicial era estudar o comportamento da imprensa na ditadura militar e mostrar se ela favoreceu a ação do governo no período. Paralelo a isso, há muitos anos venho me detendo no trabalho de Carlos Heitor Cony, por admirar a capacidade que tem de reunir palavras e construir belas obras. A escolha se deu por ser ele considerado por historiadores, escritores e jornalistas, figura emblemática contra o militarismo no país. O papel desempenhado por Cony nos meses seguintes ao golpe foi lembrado em artigo pelo jornalista Ruy Castro. Segundo ele,

[...] o susto de muitos, à esquerda e à direita, quando Cony foi a primeira voz a levantar-se por escrito contra os desmandos dos homens que tomaram o poder em 31 de março de 1964. Foi a primeira voz e, por muitos meses, a única. Enquanto outros futuros intelectuais, progressistas se omitiram ou aderiram à nova situação, Cony passou da alienação ao panfleto com um atrevimento quase suicida em sua coluna no *Correio da Manhã*: denunciou as perseguições e torturas, zombou dos militares e propôs abertamente a anistia e a volta ao Estado de direito. Sua cruzada era muito mais humana que política. (CASTRO *apud* REIS FILHO, 2000, p. 221)

Nas pesquisas iniciais deste trabalho, tive acesso à tese de doutorado da historiadora Beatriz Kushnir, pela Universidade de Campinas, posteriormente publicada em livro pela editora *Boitempo*. Trata-se de trabalho denso, embasado em pesquisas nos artigos de jornais da época, documentos de arquivos e bibliotecas, entrevistas com jornalistas, depoimentos de ex-censores, que vem abalando os ânimos de pessoas, principalmente jornalistas, e especialmente os envolvidos de forma direta, citados na obra pela autora.

Como exemplo, Antônio Aggio Jr., ex-editor do jornal *Cidade de Santos*. Segundo Kushnir, “sob o comando dele a *Folha da Tarde* deu uma guinada à direita. [...] O clima de delegacia policial resistiu 15 anos e o jornal ganhou o apelido de ser o de ‘maior tiragem’ em São Paulo, não por causa da circulação, mas pelo número de tiras [policiais] que empregava”.<sup>1</sup> Aggio rebate que

[...] a tese é um negócio tortuoso para garantir o título de doutora à historiadora. [...] É muito feio mentir para denegrir quem se persegue, principalmente quando existem vantagens inconfessáveis em jogo. Pior é fingir intimidade com o marxismo para enrolar com frases de efeito, como fez a nova historiadora. Com esse induzimento a erro, pode-se ludibriar ingênuos marxistas até na Unicamp e obter títulos portentosos. Mas, lá no fundo, sempre restará a certeza deprimente da própria nulidade e a consciência de ter mentido e falseado a História.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Entrevista concedida à autora desta monografia, em 12 de abril de 2006

<sup>2</sup> AGGIO JR., Antônio. Disponível em <<http://www.aggio.jor.br>>. Acesso em 25.10.2005.

## 2 APRESENTAÇÕES E CONCEITOS

### 2.1 O que é ditadura militar

É preciso fazer uma explanação geral acerca do que foi a ditadura militar imposta aos brasileiros no período de 1964 a 1985. De que forma e em que contexto aconteceu o golpe que instaurou a ditadura.

Jânio Quadros fora eleito presidente da República brasileira em 1960. O governo iniciado em janeiro de 1961 pareceu uma potência que não se realizava; a política econômica desagradava a indústria e não segurava a inflação; trabalhadores recebiam promessas de austeridade; reformas anunciadas não se concretizavam. Jânio renunciou ao mandato em agosto do mesmo ano. No lugar dele assumiu o vice-presidente eleito, João Goulart.

Assumiu, mas com poderes castrados. Era um presidente enfraquecido. O partido de Jango, PTB, era partido de massa, em crescimento, e mantinha relações com movimentos sociais organizados. As reformas de base tomavam corpo com agitações da sociedade. Em sentido contrário, resistências expressivas mobilizavam-se. A direita conservadora evidenciou força, aliou-se às Forças Armadas e levou o país a ingressar na ditadura em 31 de março de 1964.

No livro *Ditadura militar, esquerdas e sociedades*, Daniel Aarão Reis, que é professor de história contemporânea na Universidade Federal Fluminense (UFF) e doutor em história pela Universidade de São Paulo (USP), resume que “para a grande maioria da sociedade, a ditadura e os ditadores foram demonizados”.

(...) Sobre o período, de modo geral, a memória da sociedade tendeu a adquirir uma arquitetura simplificada: de um lado, a ditadura, um tempo de trevas, o predomínio da truculência, o reino da exceção, os chamados anos de chumbo. De outro, a nova república, livre, regida pela Lei, o reino da cidadania, a sociedade reencontrando-se com sua vocação democrática. (REIS, 2000. p. 8-9)

Uma junta militar que reunia chefes das três Armas assumiu o poder. Cassou mandatos eletivos, suspendeu direitos políticos. Articulado em termos políticos e com prestígio entre os pares, o marechal Castello Branco assumiu a presidência da República e logo ganhou a hostilidade de amplos setores sociais. Cometeu arbitrariedades, como decretar recesso no Congresso Nacional e promover extinção de partidos políticos

tradicionais (REIS, 2000, p. 35).

Em 1967, foi sucedido pelo general Arthur da Costa e Silva, que tinha Delfim Netto como ministro da Fazenda. Em combinação de medidas do governo com condições favoráveis, o Brasil decolou. Mas a insatisfação desaguava em protestos e movimentos. Na comparação de Florestan Fernandes, o governo “mobilizou canhões contra passarinhos”. Jogou pesado, intensificou a ofensiva e decretou o Ato Institucional nº 5, o AI-5, em dezembro de 1968. Fechou o Congresso por tempo indeterminado, o que aprofundou o Estado de exceção. Algumas dezenas de revolucionários ousados e fulgurantes, mas, isolados, foram aniquilados. Era luta desigual, que acabou em massacre.

Em agosto de 1969, Costa e Silva foi afastado do cargo por doença. Assumiu, então, o general Emilio Garrastazú Medici. Os anos 70 foram considerados anos de chumbo. Formou-se no país uma pirâmide social cheia de distorções, com topo milionário e base miserável. Para Reis, isso causava prejuízo à imagem internacional do país, que se agravava pelas denúncias “do emprego da tortura como política de Estado”.

O governo do general Ernesto Geisel iniciou-se em 1974. No plano político-institucional deu início à abertura lenta, segura e gradual, como define Daniel Reis.“ [...] Para isso, Geisel contava com maioria da classe política, com moderados de todos os bordos e com grande parte da sociedade” (REIS, 2000, p. 65).

Os remanescentes das esquerdas revolucionárias exigiam anistia ampla, geral e irrestrita. A hora do basta veio em 1976, quando foi assassinado o jornalista Vladimir Herzog. Foi um marco. Em dezembro de 1978, expirou o AI-5. O Brasil iniciava um lento retorno ao Estado de direito, mas como ditadora de regras a Constituição imposta em 1967. Começavam a respirar o país e a sociedade.

## 2.2 Relações de imprensa e Estado em todas as épocas

[...] A censura à imprensa no Brasil assumiu diversas formas, todas ilegais, disfarçadas e negadas. A modalidade predominante da censura, à qual a vasta maioria dos veículos da imprensa esteve sujeita diariamente durante muitos anos, consistiu em proibições emitidas secretamente pela Polícia Federal. Essa prática era conhecida eufemisticamente por autocensura. (SMITH, 2000, p. 10)

Anne-Marie Smith, doutora em ciência política, estuda questões ligadas ao desenvolvimento internacional e à resolução de conflitos. Na obra denominada *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*, ela avalia a estrutura das relações da imprensa brasileira com o Estado na época colonial, República, Estado Novo até os dias de hoje, para que se possa entender a forma assumida pela imprensa no período de autoritarismo de 1964 a 1985.

Para ela, a imprensa é entidade econômica e ator politicamente instável. As principais publicações jornalísticas no Brasil têm fins lucrativos, metas de expansão de vendas e receitas com publicidade. Todavia, conservam a idéia de atuar como foro social. Imprensa e Estado têm-se entrelaçado de maneira assimétrica ao longo da história, influenciando-se mutuamente. A imprensa foi às vezes instrumento do Estado, mas também parceira de alianças contra ele.

Em 1808, a corte real portuguesa transferiu-se de Portugal para o Rio de Janeiro e trouxe as primeiras leis de imprensa. Nada era impresso sem o consentimento dos censores. Eram proibidas declarações contra governo, religião e bons costumes. Essas regras de censura conservaram-se até o fim do século XX. A situação mudou um pouco com a Independência em 1822. Os pasquins alcançaram o auge no século XIX, bem como os panfletos volantes. A imprensa teve papel de destaque em importantes mudanças políticas, como a abolição da escravatura e a conquista da independência, mas nunca houve época áurea de liberdade de imprensa.

No início do século XX, a imprensa artesanal foi substituída pela industrial. A sociedade e economia brasileiras também mudavam: formava-se uma classe operária. Jornais importantes foram criados e o Estado manteve a censura. Do Império à República houve tentativa do Estado de controlar e moldar a imprensa, embora certa parte dela continuasse a criticar e desafiar restrições do governo. A Constituição elaborada em 1946 manteve grande parte da antiga lei de imprensa, que continuou sujeita a interpretações, dependendo de quem

estivesse no poder. Smith entende que os favores se tornaram núcleo de relações entre Estado e imprensa no período pós-1945. “(...) sempre houve ambigüidade quanto ao grau do favor e da obrigação em vez do direito e da liberdade” (SMITH, 2000, p. 28).

As relações do presidente Getulio Vargas com a imprensa foram turbulentas e outros presidentes também entraram em choque com ela. Juscelino Kubitscheck confiscou a *Tribuna da Imprensa* em 1956 e revogou concessão de um canal de TV ao *Jornal do Brasil*. A renúncia de Jânio Quadros em 1961 e as controvérsias acerca da posse de João Goulart ofereceram outra oportunidade de censura.

Para Smith, a grande imprensa foi um catalisador do golpe de 31 de março de 1964. Parte dessa imprensa opunha-se às reformas de base de Goulart e moveu campanha contra o presidente pedindo a destituição do cargo nos editoriais publicados nas primeiras páginas. A campanha mais acirrada foi a do *Correio da Manhã*, mais tarde perseguido e fechado pelo regime militar.

Esse diário do Rio de Janeiro era um jornal prestigiado, já então dono de uma longa tradição. Seus editoriais de primeira página intitulados “Basta!” e “Fora!” vieram a simbolizar a rejeição da imprensa burguesa a qualquer modalidade de democracia que trouxesse sem seu bojo reformas socioeconômicas concretas. (SMITH, 2000, p. 29)

## 2.3 Conceito de crônica

O professor José Marques de Melo, doutor em comunicação pela Universidade de São Paulo, jornalista e autor de obras fundamentais sobre jornalismo e comunicação, defende a idéia de que a crônica tem raízes na história e na literatura. É um relato circunstanciado sobre feitos, cenários e personagens, a partir da observação do narrador ou de informações coligidas junto a protagonistas e testemunhas oculares, com a intenção de resgatar episódios da vida social e impedir que ações humanas se apaguem com o tempo.

Na literatura, a crônica afigura-se como texto primário por meio do qual o produtor traduz para leitores distantes impressões de paisagens e gentes conhecidas. [...] Da literatura ela passa ao jornalismo, sendo um gênero cultivado pelos escritores que ocupam colunas da imprensa diária e periódica para relatar os acontecimentos pessoais. (MELO *apud* CASTRO e GALENO [orgs.], 2002, p. 140-1)

Alguns estudiosos defendem que se trata de um gênero tipicamente brasileiro. Tem feições de relato poético do real e está na fronteira entre informação de atualidade e narração literária. Do ponto de vista histórico, crônica é narração de fatos, de forma cronológica, como documento para a posteridade. Chegou ao jornalismo como embrião da reportagem, ou seja, o jornalista observa fatos num determinado espaço de tempo e faz uma narrativa circunstanciada, que transmite ao leitor a vivência daqueles acontecimentos. Tem como características a fidelidade ao cotidiano e a crítica social. Assume ar de conversa fiada, de apreciação irônica, deixando de ser apenas mais um comentário (MELO *apud* CASTRO e GALENO [orgs.], 2002, p. 141).

Os principais cronistas brasileiros, a partir da década de 30, foram Carlos Drummond de Andrade, Rubem Braga, Fernando Sabino e Paulo Mendes Campos, que representaram a continuação do gênero que Machado de Assis e José de Alencar sedimentaram no jornalismo brasileiro. O cronista atua como consciência poética da atualidade. É quem mantém vivo o interesse do público, mediador literário entre fatos e psicologia coletiva. Traduz livremente a realidade e acrescenta ironia e humor à chatice do cotidiano, à dureza do dia-a-dia.

Na definição de Gonzalo Martín Vivaldi, gramático e professor espanhol de jornalismo, o papel do cronista é dar a versão do fato com um toque pessoal. Com essa característica, a crônica vem sendo praticada nas imprensas européia e norte-americana

desde o século XX, diferentemente do que é feito na América Latina, onde se utiliza grande carga de informação, modelo típico de reportagem (MELO *apud* CASTRO e GALENO [orgs.], 2002, p. 141).

A historiadora, pesquisadora e professora Nanami Sato define crônica como gênero que se aproxima da opinião e da ficção. É subjetiva e singular, dá personalidade à notícia. O cronista tem compromisso com a realidade histórica, cujo motor de arranque é o cotidiano. Ele abriga emoções e fatos inventados ou recuperados pela memória e captura o interesse do leitor (SATO, *apud* CASTRO e GALENO [orgs.], 2002, p. 33-4).

Há trinta ou cinquenta anos, a crônica perdeu espaço e prestígio nos jornais e revistas, declara Marcelo Coelho, jornalista da *Folha de S.Paulo*, professor e escritor. Admite, porém, que as crônicas diárias de Carlos Heitor Cony na *Folha* são carregadas de talento, comparáveis em tudo aos maiores mestres do gênero. Não se trata de declínio, mas de modificação.

Crônica atua dentro do jornal como se fosse o negativo da notícia, porque insiste na desimportância de tudo. Fixa ponto de vista individual externo aos fatos e até ao próprio jornal, com intenção de ser posteriormente publicada em livro. O cronista está mais preocupado em fazer literatura do que em informar. Ele não pede respostas nem exige soluções (COELHO *apud* CASTRO e GALENO [orgs.], 2002, p. 155). Luis Fernando Verissimo, cronista, numa série de crônicas sobre “definições de crônica”, publicadas na *Folha de S.Paulo*, classifica-a em:

Crônica é qualquer crônica ou uma crônica qualquer. Croniqueta é o nome científico da crônica curta, como pode parecer. Cronicão é a crônica grande, substancial, com parágrafos gordos. Grande crônica é o crônicaço. O crônicaço é consagrador. Seu autor sai na rua e deixa um rastro de cochichos – é ele, é ele. (VERISSIMO *apud* MELO, 1985, p. 118)

## 2.4 Quem é Carlos Heitor Cony

Carlos Heitor Cony nasceu em 1926, no Rio de Janeiro. Filho de Ernesto Cony Filho, jornalista, e de Julieta de Moraes, ingressou na Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mas abandonou o curso em 1947. Iniciou a vida no jornalismo no *Jornal do Brasil*. A vida literária começou a dar os primeiros frutos quando recebeu o prêmio Manuel Antônio de Almeida, em 1957 e 1958, pela Prefeitura do Rio de Janeiro, pelos livros *A verdade de cada dia* e *Tijolo de segurança*.

A partir de 1960, passou a colaborar no jornal *Correio da Manhã*, para o qual escreveu reportagens internacionais e, em seguida, editoriais. Em 1962, começou a redigir crônicas políticas publicadas três vezes por semana nesse jornal, na seção intitulada *Da arte de falar mal*. Entre 1963 e 1965, assinou coluna no jornal *Folha de S.Paulo*, que dividiu com a poeta Cecília Meireles. Essa coluna no *Correio da Manhã* ficou marcada por matérias corajosas escritas logo após o movimento de 1964. O espaço no jornal foi transformado em tribuna política nos meses que se seguiram a este episódio. A reunião das crônicas de Carlos Heitor Cony na imprensa foi selecionada e publicada ainda em 1964, sob o título de *O ato e o fato*, e reeditada em 2004, intitulada *O ato e o fato: o som e a fúria das crônicas contra o golpe de 1964*, um dos objetos de estudo desta pesquisa.

Ao deixar o *Correio da Manhã*, ingressou na Editora Bloch, em meados dos anos de 1970, onde passou a colaborar na revista *Manchete*. Em 1965, com outros intelectuais, como Glauber Rocha, Antonio Callado, Flávio Rangel, Thiago de Mello, Márcio Moreira Alves, participou de protesto contra o marechal Castello Branco, por ocasião da Conferência das Organizações dos Estados Americanos (OEA), no Rio de Janeiro.

A vaia que o presidente Castello Branco recebeu nessa manifestação levou Cony à prisão, juntamente com Callado e Glauber. No cárcere, que durou um mês, deu continuação ao livro que escrevia, *Pessach: a travessia*. Foi preso outra vez, horas depois de ter sido decretado o AI-5, em 13 de dezembro de 1968. Após responder a oito processos e ser preso seis vezes por “delito de opinião”, deixou o país.

Atualmente, em 2006, época da elaboração deste trabalho, assina coluna na *Folha de S.Paulo* e é comentarista da rádio CBN, no quadro *Liberdade de expressão*. Muitas das obras do escritor abordam a perseguição sofrida por jornalistas durante o regime militar no Brasil e descrevem a cara das redações destruídas e a presença de censores nos jornais.

## 2.5 Quem é Beatriz Kushnir

Nascida na cidade do Rio de Janeiro, em 1966, Beatriz Kushnir é graduada e mestre em história pela Universidade Federal Fluminense e doutora em história pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Atualmente, é pesquisadora associada ao Núcleo de História e Linguagens Políticas da Unicamp, desenvolve projeto de pós-doutoramento no Centro e Estudos de Migrações Internacionais, também da Unicamp, e presta consultoria histórica para cinema e teatro.

Como tese de doutorado, aprovada com louvor pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp, elaborou trabalho que lança suspeitas sobre uma das idéias cultuadas pela imprensa brasileira: a de que jornais e jornalistas foram vítimas na luta contra o regime militar. A tese foi publicada em 2004 e tem 404 páginas. Com o título *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*, o livro é resultado de cinco anos de pesquisas e também se trata de objeto de análise do presente trabalho.

### 3 CONY TRADUZ EXPERIÊNCIA EM CRÔNICAS

Era 1º de abril de 1964 e João Goulart estava deposto do governo. Carlos Heitor Cony recuperava-se em casa, afastado do jornal, depois de passar por uma cirurgia de apêndice. A convite do vizinho Carlos Drummond de Andrade para caminhar pelas ruas de Copacabana, deparou-se com o novo cenário que o golpe militar pintava para o Brasil: bancos e árvores arrancados e postos estrategicamente para impedir cruzamentos; desordem nas ruas; oficiais das Forças Armadas em ação.

A pedido do secretário de redação do *Correio da Manhã*, escreveu a crônica *Da salvação da pátria*, em 1º de abril de 1964, que foi publicada no dia 2, na qual relatou o que viu durante o passeio. Foi o único texto da edição daquele dia que criticava o movimento. O jornal, em linhas gerais, havia saudado o golpe com discricção. No meio da tarde recebeu um telefonema de Drummond, que disse apenas: “Um abraço”. Cony registrou no livro *A revolução dos Caranguejos* que “[...] o abraço que Drummond me mandara era meio sinistro, parecia um abraço de pêsames. E a preocupação dos colegas da redação aumentava o grau do risco que [eu] começava a correr” (CONY, 2004, p. 29).

A segunda crônica política do jornalista, *O sangue e a palhaçada*, publicada no dia 7 de abril de 1964, abordou o manifesto de fundação do Comando dos Trabalhadores Intelectuais, CTI, cuja lista chamou atenção do alto comando militar, a qual ele também assinou. Nela, Cony condena a hipocrisia política, sexual, social e religiosa praticada contra o manifesto.

Não acredito que nem o alto nem o baixo comando militar compreendam a minha literatura. Não escrevo para ser lido por generais e acredito sinceramente que eles, além de não me compreenderem, não gostariam de minha literatura. [...] Não lhes quero mal por isso, pois não tenho o direito de exigir uma coisa de que são incapazes. [...] Acredito que posso me dar ao luxo de pensar com a própria cabeça. Mais: acredito que cada qual deve ficar com a própria cabeça em seu lugar. Não é hora para degolas nem recuos. Quanto mais não seja, devemos evitar o sangue e a palhaçada. (CONY, 2004, p. 21)

Na crônica *O ato e o fato*, publicada no *Correio da Manhã* em 11 de abril, Cony analisa o que o Ato Institucional, que mais tarde tomaria o número 1, representou para a sociedade. Para ele, foi a pá de terra definitiva na democracia brasileira, que amordaçou a imprensa numa ditadura que se estenderia por 21 anos. “(...) O Ato não foi um ato: foi um fato, fato lamentável” (CONY, 2004, p. 45).

Enfim, temos o Ato e o Fato. O Ato é esse monstrengo moral e jurídico que empulhou o Congresso e manietou a Nação. O Fato é que a prepotência de hoje, o arbítrio de hoje, a imbecilidade de hoje, estão preparando, desde já, um dia melhor, sem ódio, sem medo. E este dia, ainda que custe a chegar, ainda que chegue para nossos filhos ou netos, terá justificado e sublimado o nosso protesto e a nossa ira. (CONY, 2004, p.47)

A publicação da crônica *A revolução dos caranguejos*, em 14 de abril de 1964, estendeu-se para os jornais do exterior e provocou ameaças para a família do escritor. Na redação, corria o boato de que ele já teria sido assassinado. A diretoria do *Correio da Manhã* e um grupo de redatores, repórteres e fotógrafos, em várias viaturas do jornal, foram a casa dele e levaram a mulher e duas filhas para a casa do jornalista e escritor Sylvan Paezzo.

Apesar das esquinas da rua em que Cony morava estarem bloqueadas com viaturas militares, deixaram a família passar. E ele ficou em casa, em companhia de diretores e colegas do *Correio*, esperando a anunciada “expedição punitiva”. Pela madrugada, a rua foi desbloqueada e ele foi para o hotel junto à redação do jornal, onde passou alguns dias, com colegas revezando-se na portaria.

Na edição do dia seguinte, 15 de abril, o *Correio da Manhã* publicou editorial no alto da página sob o título “Ameaças e opinião”:

Na tarde de anteontem, o nosso companheiro Carlos Heitor Cony começou a ser ameaçado por um grupo que se intitulava “de oficiais do Exército”; já na véspera, quatro indivíduos que não quiseram identificar-se tentaram penetrar em sua residência. A pressão tornou-se maior ao longo da noite do dia 14, quando, de diferentes fontes, configurou-se uma eminente violência física ao seu lar e à sua pessoa. [...] Cerca de meia-noite, aumentavam os indícios de uma invasão ao seu lar. A necessidade de preservar sua família de um espetáculo degradante fez com que o nosso companheiro solicitasse uma camioneta ao jornal. Diretores e elementos da redação prontamente acorreram a seu apartamento, sendo providenciada a segurança de sua família. (CONY, 2004, p. 49-50)

Cony iniciava uma rotina que duraria dias, semanas, meses, até quase o fim daquele ano. Pela proximidade do hotel com o jornal, era informado das novidades. Segundo ele descreve no livro *A revolução dos caranguejos*, “foi compensador notar que o *Correio* se destacava como único órgão da imprensa brasileira que criticava o novo regime porque tomava defesa dos perseguidos, denunciando torturas e arbitrariedades” (CONY, 2004, p. 51).

Em agosto de 1964, o ministério da Guerra pediu enquadramento do escritor na Lei de Segurança Nacional por criar animosidade entre civis e militares. A Lei previa prisão perpétua em tempo de guerra e trinta anos de cadeia em tempo de paz. Cony contratou o

advogado Nelson Hungria, que pediu *habeas corpus* no Supremo Tribunal Federal e que o processo corresse pela Lei de Imprensa, que previa o mesmo crime, mas com pena reduzida a três meses de detenção.

O pedido foi julgado em 23 de setembro e Nelson Hungria ganhou por nove a um. Foi a primeira manifestação do Supremo após o golpe militar. Intimado a comparecer ao Ministério da Guerra, Cony encontrou com o general Costa e Silva, que fora depor contra o jornalista. Outras autoridades também foram intimadas e lá também depuseram contrariamente. Ao seu favor, Cony contou com nomes de peso, como Carlos Drummond de Andrade, Austregésilo de Athayde, que era presidente da Academia Brasileira de Letras e escrevia para o *Diário da Noite*, e o professor Alceu Amoroso Lima, que escrevia para o *JB*. O processo correu lentamente e Cony foi condenado, no ano seguinte, a três meses, quando já estava preso por outro motivo.

Durante e logo após o julgamento do processo no Supremo, Cony escreveu mais crônicas para o *Correio da Manhã*, mais tarde reunidas em outro livro, *Posto seis*, que seria lançado em 1965. Na crônica *A meus leitores*, publicada em 23 de setembro de 1964, o jornalista faz um desabafo pelas perseguições sofridas, e conta que protestou contra violências e abusos à dignidade humana.

[...] Mas esses abusos, pelo menos oficialmente, não chegaram até mim. Tive a minha casa cercada, minhas filhas ameaçadas, eu mesmo ameaçado de morte e seqüestro. [...] O general Costa e Silva, ao que parece, quis tomar-me para modelo: tem procurado usar o máximo respeito para comigo. Processa-me de acordo com as leis do país, embora essas leis estejam mutiladas pelas ameaças e pelo medo que se apoderou de todos. Seria ótimo se o mesmo respeito fosse estendido a todos os demais adversários. (CONY, 2004, p. 68-9)

Apesar das confusões em que sempre se metia, Carlos Heitor Cony lançou o quinto romance escrito por ele, *Antes, o verão*, em 1964. Foi duramente criticado pelos leitores, que o acusavam, indignados, de desperdiçar tempo com história banal, quando tudo parecia pegar fogo na vida nacional. O escritor argumenta, portanto, que sempre gostou de escrever sobre outros assuntos, os próprios assuntos. Publicada em 1º de novembro de 1964, a crônica *Compromisso e alienação* era resposta aos leitores.

[...] não sou um jornalista político. Escrevi sobre a situação nacional numa hora em que a política era secundária. O que ficou em jogo – e continua em jogo, mas de forma já desmascarada – foi a dignidade da pessoa humana, das instituições civilizadas. Como homem, como escritor, não podia ficar alienado aos descalabros de abril e meses seguintes. Não me violentei. Não fiz política. Fiz o que sempre pretendi fazer: dei meu testemunho. [...] Para continuar a ser o mesmo, para

manter íntegra a minha autenticidade interior, foi que me vesti na pele suada de um Dom Quixote subdesenvolvido e saí por aí, dando patadas. Não me arrependo das patadas: mantenho-as. Mais: estou disposto a começar tudo outra vez. (CONY, 2004, p. 161-2)

Quarenta anos depois de escrever essas crônicas, Cony confessa sentir algum desconforto intelectual.

[...] reencontro no texto um sentimento que superei, logo depois de o ter escrito. [...] A crônica que se desenrola totalmente no plano de ficção, revela uma irritação passageira contra a imposição de só escrever sobre a situação da época, de ser obrigado a adotar o pensamento único – tentação em que nunca resvalei. Tinha mais o que fazer e fiz. Hoje eu escreveria a mesma coisa, mas com outras palavras e certamente com mais compaixão de mim e dos outros. [...] Não consegui descrever o ano de 1964 em seus contornos históricos. Ainda não tive tempo para compreender o que aconteceu comigo e com os outros. (CONY, 2004, p. 74-84)

#### 4. VERSÃO DE KUSHNIR CONTA OUTRA HISTÓRIA

A reflexão de Kushnir descrita no livro *Cães de guarda* busca a origem das relações e caminhos confusos entre imprensa e poder, a partir dos encontros de jornalistas e censores. Se foi possível constatar que muitos dos censores eram jornalistas, havia jornalistas que eram policiais em grande parte da imprensa, a partir de 1968. Nesse sentido, a autora mapeia o colaboracionismo dessa parte da imprensa com órgãos de repressão no pós-AI-5, ou seja, ela estuda a atuação de alguns setores das comunicações do país e as estreitas e permissivas conexões com a ditadura civil-militar. Dessa forma, como Cláudio Abramo sublinha no livro *A regra do jogo*, se há

[...] um equívoco que a esquerda geralmente comete é o de que, no Brasil, o Estado desempenha o papel de controlador maior das informações. Mas não é só o Estado, é uma conjunção de fatores. O Estado não é capaz de exercer o controle, e sim a classe dominante, os donos. O Estado influi pouco, porque é fraco. Até no caso da censura, ela é dos donos e não do Estado. Não é o governo que manda censurar um artigo, e sim o próprio dono do jornal. Como havia censura prévia durante o regime militar, para muitos jornalistas ingênuos ficou a impressão de que eles e o patrão tinham o mesmo interesse em combater a censura. (ABRAMO, 1988, p. 118)

Na ponderação de Abramo, há uma visão particular acerca do tema da censura. Mas o olhar encontra respaldo na realidade vivida porque o jornalista sinaliza para um acordo entre parte da imprensa e Estado autoritário do pós-1964. Esse colaboracionismo analisado por Kushnir – que faz questão de se utilizar do termo porque compreende “as atitudes tomadas como algo mais que adesão; colaboração é apoio e compromisso” – tanto podia ser exercido de maneira individual como coletiva.<sup>3</sup>

A pesquisadora iniciou os capítulos da tese de doutorado em 1996, com o intuito de tratar da censura desde a proclamação da República. No Arquivo Nacional, em Brasília, teve acesso a vasta documentação do Departamento de Censura de Diversões Públicas da Polícia Federal. Chegou a censores que lhe forneceram entrevistas imprescindíveis para o trabalho acadêmico, dando-lhe outros rumos, porque reavaliaram o dogma segundo o qual a maioria das redações de jornais era sacrificada em defesa da liberdade de expressão.

[...] a pretensão inicial do meu trabalho se limitava a dissecar o *modus operandi* da censura naqueles anos de exceção. Mas, no aprofundamento das pesquisas, deparei com o elevado nível de colaboracionismo das redações da época com o

<sup>3</sup> Entrevista concedida à autora desta monografia, em 12 de abril de 2006.

regime.<sup>4</sup>

Reconhece que não faltou heroísmo no embate jornalismo *versus* ditadura, mas enfatiza que a resistência foi somente na chamada imprensa alternativa. Os “jornalões” da grande imprensa agiam com submissão descarada e foram raros os veículos que precisaram da presença constante de censor nas redações. Inclusive, a primeira formação profissional de vários censores era exatamente a de jornalista.

*Cães de Guarda* mostra que a censura sempre caminhou lado a lado com o endurecimento de regimes e aponta a existência de jornalistas que, ao escrever nos jornais ou riscando o que não poderia ser dito ou impresso, colaboraram com o sistema autoritário daquele período. A autora teve acesso ao banco de dados da *Folha*, entrevistou 19 profissionais que passaram pelo jornal, 11 censores e um outro grupo de 26 jornalistas.

Busquei arrolar, por um lado, os jornalistas de formação e atuação que trocaram as redações pela burocracia e fizeram parte, como técnicos de Censura, da DCDP [Divisão de Censura de Diversão Pública] – órgão vinculado ao DPF [Departamento de Polícia Federal] e subordinado ao Ministério da Justiça – e, por outro, os policiais de carreira que atuaram como jornalistas, colaborando com o sistema repressivo e censor do pós-1964. Para encontrar exemplos dessa trajetória, redesenhou-se o percurso do jornal *Folha da Tarde*, do grupo Folha da Manhã, de 1967 a 1984. (KUSHNIR, 2004, p. 28)

A investigação de Kushnir sublinhou elementos de colaboração e convivência com o Estado de parcelas da grande imprensa, que fizeram da ditadura um “acordo civil-militar”. Permanecer no palco das decisões era mais importante que publicar a verdade. Por isso, vê os jornalistas colaboracionistas como cães de guarda, que montaram guarda, fizeram autocensura e colaboraram para construir uma imagem irreal e inverídica do país. Em entrevista à autora desta pesquisa, Kushnir declarou que o primeiro susto veio quando começou a investigar quem eram os lendários censores da época. “Deparei com dez jornalistas, somente no primeiro grupo de nomes levantados.”

O periódico *Folha da Tarde*, do grupo Folha da Manhã é o foco da análise da historiadora. O jornal foi criado em 1º de julho de 1949 como “o vespertino das multidões” e assim permaneceu até 31 de dezembro de 1959. Porém, o intervalo de tempo dessa análise é o que vai do ressurgimento da *Folha* em outubro de 1967 até março de 1999, quando foi extinto. O jornal renasceu bem diferente do que era. Quando chegou às bancas, aconteciam no país fatos importantes. Em janeiro de 1967 foi promulgada a nova

<sup>4</sup> KUSHNIR, Beatriz. Disponível em <<http://www.anj.org.br>>. Acesso em 25.10.2005.

Constituição; em fevereiro, a nova Lei de Imprensa; em março, posse do general Costa e Silva na Presidência da República e do general Garrastazú Medici no Serviço Nacional de Informação (SNI); em julho, o dono da *Tribuna da Imprensa*, jornalista Hélio Fernandes, foi preso por assinar artigo contra o ex-presidente Castello Branco. Esse era o pano de fundo do período.

O jornalista Jorge Miranda Jordão, demitido do *Última Hora*, passou a dirigir a *Folha*, a convite do dono, Octávio Frias, com equipe composta por velhos jornalistas, como João Ribeiro, Frei Betto e o chargista Chico Caruso. O expediente do jornal não era publicado e eram poucas as colunas assinadas. Para Miranda Jordão, tratava-se de medidas de segurança para preservar colaboradores.

O propósito de Frias era competir com o sucesso, entre estudantes, do *Jornal da Tarde*. A *Folha* era escrita de madrugada e impressa de manhã, para chegar às bancas na hora do almoço. Tinha 16 páginas e proposta de dar forte ênfase às questões políticas, principalmente aos movimentos estudantis. O posicionamento pessoal dos jornalistas deu o tom do jornal. Manchetes publicadas em 1968 tinham enfoque quase sempre político; eram o reflexo do momento vivido. Lutas da União Nacional dos Estudantes (UNE) e outros protestos estudantis ganhavam páginas do jornal.

No início, o clima na redação da *Folha* era muito alegre, festivo e solidário, nas recordações dos jornalistas que trabalhavam lá. Formou-se uma grande turma de amigos, que conviviam para além do ambiente da redação. Com o AI-5, em dezembro de 1968, o sonho acabou. Jornalistas mais combatidos foram demitidos, inclusive Jorge Miranda Jordão, afastado em maio de 1969. No lugar dele assumiu um homem que se apresentava como agente da Polícia Federal, cujo nome era Paulo Nunes e que, dias depois, foi substituído pelo jornalista Antônio Pimenta Neves, vindo da *Folha de S.Paulo* (KUSHNIR, 2004, p. 231).

Segundo Kushnir, as trevas vieram em meados de 1969, quando o jornal não se sustentou como de esquerda, trancou as portas e deixou de reportar o que estava lá fora.

Esquecendo-se dos três pressupostos básicos do jornalismo – fiscalizar o poder, buscar a verdade dos fatos e fomentar o espírito crítico –, a *Folha da Tarde* tornou-se um exemplo claro do colaboracionismo de parte da imprensa com o poder autoritário no pós AI-5. Colaboraram tanto jornalistas como donos de jornal. E foi dentro de uma redação de jornalistas/censores, jornalistas/policiais, que tudo aconteceu. (KUSHNIR, 2004, p. 232)

A efervescência política ganhava espaço nas ruas e nas páginas dos periódicos,

mas o mais drástico estava por vir. Carlos Penafiel, responsável pela diagramação do jornal, resumiu o que aconteceu ali horas depois, quando, à noite, o locutor da Agência Nacional, Alberto Curi, tendo ao lado o ministro da Justiça, Gama e Filho, leu o Ato Institucional nº 5: “[...] o AI-5 mexeu na redação. Nossa primeira reação foi que, como jornal, estávamos mortos. Daí em diante a linha à esquerda do jornal era meio impossível. [...] Ou se partia para fazer jornal clandestino ou se ficava onde estava” (PENAFIEL *apud* KUSHNIR, 2004, p. 255).

Em entrevista a Beatriz Kushnir, Miranda Jordão contou que Octavio Frias convocou reunião, logo após ter sido decretado o AI-5, com diretores dos seis jornais do grupo. Estava presente o general Sílvio Corrêa de Andrade, da Polícia Federal de São Paulo, Claudio Abramo, responsável pela *Folha de S.Paulo* e Antônio Aggio, do jornal *Cidade de Santos*, além dele próprio e outros. O militar diria o que podia ser publicado, a partir dos dez pontos proibidos:

JK não pode, a encíclica do Papa não, confronto de grupos subversivos fica proibido, notas sobre o governo só poderiam sair o que o 2º Exército noticiar. Por fim eram nove os itens, e Abramo questionou: “Mas não é um decálogo? Qual é o décimo?” “Cumpra-se!”, ordenou o general. (JORDÃO *apud* KUSHNIR, 2004, p. 257)

A *Folha da Tarde* ainda tentou não cumprir as determinações. Reportagens da segunda quinzena de dezembro de 1968 procuravam explicar ao público o que estava acontecendo. Quando Miranda Jordão saiu do jornal, “Frias lhe disse que não podia mais tê-lo como funcionário e completou que um dia saberia o porquê” (KUSHNIR, 2004, p. 257).

Novos jornalistas chegaram à redação da *Folha* com a substituição de Miranda Jordão por Pimenta Neves. Mas logo fizeram greve por melhores salários. Quem aderiu ao movimento foi demitido em julho de 1969. O jornalista Tônico Ferreira, que também compunha o quadro, relatou que o dono, Octavio Frias, “tentou fazer da *Folha da Tarde* um jornal de amenidades e pornografia e publicava páginas inteiras com fotos de mulheres nuas” (FERREIRA, *apud* KUSHNIR, 2004, p. 260).

A partir de julho de 1969, com o fim da equipe de redação formada a partir de outubro de 1967, o jornal torna-se, nas palavras de Claudio Abramo, sórdido. O papel desempenhado pelo grupo *Folha da Manhã* durante os anos 70 recebe muitas críticas. Jornal e empresa eram acusados de algo extremamente sério: de terem sido entregues à repressão como órgãos de propaganda, enquanto papel, tinta e funcionários eram pagos pelo grupo. A

*Folha da Tarde* era conhecida como “a delegacia”. Para o escritor Alípio Freire

(...) a imprensa, censurada aqui e ali, não oferecia resistência mais séria ao governo quando se tratava das organizações de esquerda revolucionária. E aqui distinguimos muito bem os jornalistas dos donos de jornal. É preciso que se diga, a bem da verdade, que muitos jornalistas arriscaram seus empregos e mesmo a vida, enviando notícias para o exterior e passando algumas informações apesar da censura. Jornais, como a *Folha de S.Paulo*, transformaram-se em porta-vozes do governo militar e mesmo cúmplices de algumas ações. (FREIRE *apud* KUSHNIR, 2004, p. 272)

O jornalista Antônio Aggio dirigiu o *Cidade de Santos*, do mesmo grupo *Folha da Manhã*, de julho de 1967 a junho de 1969. Declaradamente um repórter policial, com bom trânsito nas fontes de polícia, foi convocado para a *Folha da Tarde* porque o jornal não vendia. Essa era a explicação oficial para a saída de Miranda Jordão: baixa venda do jornal e falta de recursos para executar similar competitivo com o *Jornal da Tarde*. Aggio assumiu o jornal em 19 de junho de 1969 como editor-chefe.

O jornalista Ítalo Tronca, remanescente da redação de Miranda Jordão, lembrou que da antiga equipe que sobreviveu ao AI-5, permaneceu quem precisava do emprego:

Até que chegou Aggio. Ele trazia para dentro da redação um estojo que parecia um violão. Não sabíamos o que era. Mas ele gostava de exibi-lo na sua sala: uma carabina turca. Nós não sabíamos de onde vinha essa gente [Aggio e outros novos componentes da equipe]. O Horley [Horley Antônio Destro, secretário-geral] vinha armado de uma automática. Torres [Carlos Dias Torres, chefe de reportagem] era relações públicas do IV Comar [Comando Aéreo Regional] e fazia um gênero de amigo. Os outros dois eram acintosamente policiais. (TRONCA *apud* KUSHNIR, 2004, p. 318)

Era essa a feição dos profissionais que passaram a ocupar a *Folha da Tarde* em meados de 1969. Carlos Dias Torres, por exemplo, chefe de reportagem, iniciou a carreira de jornalista em 1958, no *Última Hora*, na seção policial. Em 1964, na *Folha de S.Paulo*, como setorista policial, criou a coluna *Notícias Militares*, que cobria o 2º Exército, a IV Zona Aérea, o 6º Distrito Naval, o Departamento de Ordem Política e Social (Dops), a Polícia Federal e outros órgãos de informação. Pelo acúmulo da experiência, Torres tornou-se jornalista credenciado nesses ambientes.

O repórter policial Percival de Souza, no livro *Autópsia do medo*, delimita um leque de possibilidades:

[...] os jornalistas que cobriam o setor [policial] eram tentados a comprometer-se, aceitando um emprego fantasma da Secretaria de Segurança, podendo receber sem trabalhar, e assim contando apenas o que queriam que contasse. Quem não

rezasse por essa cartilha estava automaticamente fora do esquema. Não foi por outra razão que, durante bom tempo, o Dops tinha apenas quatro setoristas para alimentar toda a grande imprensa, e todos eles eram funcionários públicos de escalões subalternos. [...] Para ser jornalista e ter trânsito livre entre os encarregados da repressão, somente sendo da casa, ou seja, da própria polícia. O sistema pensou em tudo, inclusive nesse detalhe. Para os jornalistas que seguissem o *script*, aplicava-se a elástica Lei de Segurança Nacional. Uma notícia fora desse roteiro significava prisão e processo. (SOUZA *apud* KUSHNIR, 2004, p. 319)

Ao que tudo indica, na opinião da historiadora, a direção do *Jornal da Tarde* possuía relações com autoridades do Estado autoritário brasileiro. Ela cita como exemplo o jornalista Antônio Aggio, que era funcionário da Secretaria de Segurança Pública, além de afilhado do coronel Antônio Lepiane. Por essas razões, algumas notícias eram sempre censuradas e não chegavam a ser publicadas.

A proposta inicial de Antônio Aggio à frente da *Folha* era torná-lo o oposto daquele dirigido por Miranda Jordão. Aggio dava muita ênfase a narrativas policiais. Porém, essa diferença nunca foi claramente explicitada e não há, segundo Kushnir, declarações de Aggio sobre isso. Fato que demonstra a necessidade de distanciar as redações de Miranda Jordão e Antônio Aggio foi a cobertura dada à prisão de Frei Betto em 11 de novembro de 1969. Em nenhum momento a *Folha da Tarde* mencionou que Frei Betto pertenceu aos quadros do jornal. O *Estadão* foi o único a noticiar que ele tinha sido chefe de reportagem da *Folha*.

Em entrevista à autora de *Cães de guarda*, em 7 de setembro de 1999, o jornalista Adilson Laranjeira, que dirigiu a *Folha da Tarde* em substituição a Aggio, lembrou que, no instante em que “(...) Frias e Caldeira trouxeram Aggio para a redação, estavam sob forte pressão do governo, sendo esta, portanto, uma decisão estratégica”. Era tanta coação, que o jornalista Antônio Aggio mencionou que os donos do jornal pretendiam ficar fora do país por três meses e, ao retornarem, se o faturamento não tivesse aumentado, fechariam o jornal. Boris Casoy declara, em depoimento a Kushnir em 18 de março de 1999, que “por questão de sobrevivência, o jornal não tinha censor. Ele [*Folha*] tinha decidido não enfrentar o regime. Fez autocensura” (KUSHNIR, 2004, p. 322).

Beatriz Kushnir entrevistou o jornalista Carlos Brickmann, que esteve na equipe de preparação em 1965 e assumiu o jornal, juntamente com Laranjeira, em meados da década de 1980. Brickmann avalia que a *Folha* tornou-se jornal de extrema direita. Continuava a ser um tablóide militante, mas com propósitos opostos aos de antes. A redação era um espaço de mil metros quadrados, “[...] dividido em baias, onde existiam

fotolitos pregados com dizeres que combatiam ‘ideologias exóticas’ e conclamando as pessoas ao combate” (KUSHNIR, 2004, p. 323).

A atmosfera era de militância direita. Ao assumir, Aggio pregou uma espécie de tábua dos “dez mandamentos”, que continha nove pontos. O jornal deveria, portanto,

- I. Desarticular as agressões alienígenas e suas alianças;
- II. Conter a corrupção em todas as suas formas;
- III. Combater a desordem econômica;
- IV. Incentivar o desenvolvimento;
- V. Apoiar a livre empresa;
- VI. Manter a paz social;
- VII. Valorizar o homem brasileiro;
- VIII. Fortalecer a segurança nacional;
- IX. Assegurar o prestígio internacional do país, como um jornal a serviço do Brasil (AGGIO *apud* KUSHNIR, 2004, p. 323).

Esse decálogo de nove pontos lembra o das proibições censórias pós-AI-5 apresentados pelo general Silvio Correia de Andrade aos jornalistas do grupo. Se Claudio Abramo o tivesse visto, talvez questionasse onde estaria o décimo ponto. E provavelmente receberia da direção a mesma resposta disparada pelo general: “Cumpra-se!”. A redação do jornal era considerada um exército de jornalistas/combateres, de acordo com os mandamentos impostos. Para explicar essas diretrizes, Aggio refletiu que “[...] estar isento não significa omitir-se e pactuar com o crime, seja de que natureza for”. Assim, “[...] liberdade é o direito de agir segundo as próprias convicções e o dever de aceitar as reações a tais fatos” (AGGIO *apud* KUSHNIR, 2004 p. 324).

Em julho de 1969, foram retirados do jornal os editoriais – espaço onde a equipe de redação expõe diretrizes que norteiam o periódico, dá opinião sobre questões do momento e avalia o panorama – e substituídos por charges. O jornal tinha como estratégia combinação de temas polêmicos com abordagens incisivas. Quando tomou posse na *Folha da Tarde*, o editor optou por uma linha agressiva e policialesca contra os fatos de “terrorismo” realizados pelas esquerdas armadas. A diretriz adotada pelo periódico era a da moralização pela via policial que, segundo Aggio, aumentava o faturamento. Respaldados nos supostos aumentos das vendas, os editores acreditavam no acerto do trajeto e o ratificavam.

Com intuito de vender muito e combater “inimigos do governo”, o jornal passou a ser divulgador de notas oficiais e informações do Estado. Assim, as manchetes da primeira página davam outra versão à verdade dos fatos e criavam pacto com o público leitor. A *Folha*

da *Tarde* não pode ser considerada tablóide independente por estar calcada e subordinada ao grupo Folha da Manhã. Nesse sentido, quase diariamente se liam manchetes como as seguintes:

“**Honras militares para a vítima de Marighella**”, de 8/11/1969, sobre o enterro da investigadora Stela Borges Morato, baleada no cerco a Carlos Marighella;

“**Oban desmantela quadrilhas do terror**”, de 28/1/1970, acerca dos mais de 320 militantes políticos presos;

“**Prisão para os 140 terroristas da ALN**”, de 1º/4/1970, sobre indiciamento de 143 criminosos [militantes já considerados criminosos, culpados, com base no inquérito sobre subversão realizado pelo Departamento Estadual de Ordem Política e Social (Deops) de São Paulo], dos quais 140 já tinham prisão preventiva decretada;

“**Amor, fé e orgulho. Para sempre, Brasil**”, de 8/9/1971, sobre as paradas militares do dia anterior;

“**Eis os assassinos e inimigos do povo**”, de 28/9/1971, com fotos dos militantes procurados;

“**Dops paulista desmascara infiltração comunista**”, de 23/1/1975, acerca da divulgação dos 105 indiciados na Lei de Segurança Nacional (KUSHNIR, 2004, p. 326).

Muitos jornalistas da *Folha* eram policiais ou vieram a sê-lo lá dentro. Segundo informações obtidas com entrevista dada pelo delegado Sequeira em 1999 à autora do livro, o próprio editor-chefe, Antonio Aggio possuía cargo administrativo na Polícia, obtido por concurso público, desde 1962. O coronel da Polícia Militar – na época major – Edson Corrêa era repórter de Geral; o delegado Antônio Bim esteve por algum tempo no jornal; o chefe de reportagem Carlos Dias Torres era investigador de polícia e o editor-chefe de Internacional, Carlos Antônio Guimarães Sequeira, era agente do Dops. O delegado fez questão de ressaltar, durante a entrevista, que “quando entrou para a *Folha da Tarde*, não era policial” (SEQUEIRA *apud* KUSHNIR, 2004, p. 327).

A pedido de Antônio Aggio, em 1977, Sequeira foi transferido da delegacia do bairro da Penha para o Dops, onde trabalharia na seção de inquéritos. Talvez a influência do editor-chefe venha do fato de ser assessor de Romeu Tuma há três décadas, como o próprio Aggio faz questão de frisar no currículo. Assim, Sequeira foi, concomitantemente policial, pela manhã, e jornalista, à noite, trabalhando na *Folha da Tarde* (KUSHNIR, 2004, p. 328).

Um fato que permitiu que Frias revelasse publicamente a posição do jornal em relação às ações do governo aconteceu no dia 21 de setembro de 1971, quando duas caminhonetes que distribuíam jornais do grupo Folha foram incendiadas por quatro

militantes das esquerdas armadas, em repúdio ao apoio dos empresários à ditadura. Pela primeira e única vez, Octávio Frias assinou editorial, intitulado “Banditismo”, onde se lê a explicação da existência de jornal como a *Folha*. Pela voz do dono, sabe-se que

A sanha assassina do terrorismo voltou-se contra nós.

Dois carros desse jornal, quando procediam ontem à rotineira entrega de nossas edições, foram assaltados, incendiados e parcialmente destruídos por um bando de criminosos, que afirmaram estar assim agindo em “represália” a notícias e comentários estampados em nossas páginas. [...] Nada temos a acrescentar ou a tirar ao que publicamos. Não distinguimos terrorismo do banditismo. [...] Quanto aos terroristas, não podemos deixar de caracterizá-los como marginais. [...] Os que procuram disfarçar sua marginalidade sob o rótulo de idealismo político. [...] As ameaças e os ataques do terrorismo não alterarão a nossa linha de conduta. [...] Um governo sério, responsável, respeitável e com indiscutível apoio popular, está levando o Brasil pelos seguros caminhos do desenvolvimento com justiça social. [...] A subversão está sendo erradicada, com o decidido apoio do povo e da Imprensa, que reflete o sentimento deste. Essa mesma Imprensa que os renascentes do terror querem golpear.

Assinado por Octávio Frias de Oliveira. (*Folha da Tarde* e *Folha de S.Paulo* apud KUSHNIR, 2004, p. 332-3)

Para tentar registrar outra visão e instruir a população brasileira, a imprensa clandestina da Ação Libertadora Nacional, no jornal *Venceremos*, respondeu ao artigo “Banditismo” em editorial denominado “Os que mentem ao povo”, no qual se afirmava que

O presidente do grupo Folha certificou-se de um fato real: há uma guerra e ele é um inimigo. Três carros de entrega das Folhas foram queimados pelo comando do ALN com denúncia de que se tratava de uma empresa castrada pela ditadura e, no caso de seus jornais, integrada por generais do poder, transformando-se num de seus baluartes de propriedade e distorção de informação. O senhor Frias, ao invés de calar-se, deu explicações de sua posição em editorial do jornal. Aí denunciou-se ao povo que realmente é um fascista convicto e colaborador da repressão brasileira. Mas mal se passou uma semana veio à tona toda a corrupção e os roubos por ele praticados no caso da TV Excelsior – TV Gazeta. [...] Na sua impotência diante da guerrilha, Frias resolveu partir para delação pura e simples: entregou ao CODI [Centro de Operações de Defesa Interna] uma lista de todos os jornalistas e funcionários do grupo Folha que foram despedidos nos últimos anos. [...] O sr. Octavio Frias sente-se acuado, porque sabe que é inimigo do povo brasileiro. Tanto é assim que já fez as malas e foi para a casa de seus patrões: mudou-se para os Estados Unidos. (*Venceremos* apud KUSHNIR, 2004, p. 333-4)

É interessante apontar que, em meados dos anos 1960, o grupo Folha investiu no *design* do jornal e em nova frota, com caminhonetes que faziam parte da estratégia de ampliar a atuação da empresa. Ao destruí-las, os militantes ateavam fogo a um dos símbolos da gestão de Frias e de Caldeira, mesmo sem saber. A contar desse primeiro episódio, no prazo de um mês dois outros carros da empresa foram incendiados. Nesse último, os militantes deixaram aviso que ameaçava matar o presidente da *Folha da Tarde*. Com os

atentados, a família Frias mudou-se para um apartamento, na sede do jornal.

A linha policlesca da *Folha* manteve-se durante a década de 1970, mas a realidade começou a se alterar em meados dos anos de 1980, quando o número de anunciantes baixou e as vendas despencaram. O novo projeto do grupo mandava que os jornais adotassem nova imagem, sendo mais modernos, críticos, pluralistas e imparciais. O país buscava novos ares, o povo mobilizava-se nas ruas na campanha das Diretas Já. O ar de delegacia da *Folha da Tarde* estava fora de esquadro. Era imprescindível remover os “tiras” da redação porque eles eram símbolo de um Brasil obsoleto. Antônio Aggio representava para o grupo um passado a ser retirado e esquecido.

Adilson Laranjeira e Carlos Brickmann assumiram o jornal em 8 de maio de 1984 e fizeram uma limpeza. A coluna “Notícias militares”, de Carlos Dias Torres, que tratava dos aniversários de colégios militares e outros acontecimentos sociais, foi suprimida. Outras colunas foram cortadas. Aggio tornou-se repórter especial da Agência Folha e se aposentou em 1986. Como policial, manteve o vínculo empregatício na Secretaria de Segurança Pública e, atualmente, assessora o senador Romeu Tuma.

Ao longo dos governos impostos ou conquistados pela sociedade, o jornalista Tonico Ferreira vislumbra todo o processo e as marcas deixadas no presente. Para ele,

(...) foram longos anos de batalhas na imprensa alternativa até o fim da censura prévia, a Anistia e o começo do fim da ditadura. A *Folha da Tarde* ficou para trás e, para mim, virou memória. [...] É um jornal com uma história notável. O seu vaivém espelha o momento conturbado vivido pelo Brasil entre 1968 e o início dos anos setenta. Por essas coincidências interessantes da vida, juntou gente que teve participação importante na história política e jornalística do país, como Frei Betto, Merlino [Luís Eduardo da Rocha Merlino] e presos políticos que sofreram na Operação Bandeirantes, no Dops e no presídio Tiradentes. [...] O ambiente na *Folha da Tarde* nada tinha a ver com a pasmeira das redações de hoje. Havia emoções, surpresas e absurdos. Como vivíamos em sobressaltos, é bastante oportuno encerrar este depoimento com a famosa frase inicial de *A Metamorfose*: “Quando certa manhã Gregor Samsa acordou de sonhos intranqüilos, encontrou-se metamorfoseado num inseto monstruoso”. (FERREIRA *apud* KUSHNIR, 2004, p. 345)

## 5 CHOQUE ENTRE VERDADES

Alguns historiadores dizem que os militares optaram pelo dia 31 de março para o golpe, para não ficar justamente no dia da mentira, 1º de abril. Antes fosse apenas mentira, mas não foi. Essa realidade cruel marcou um momento terrível da história dos brasileiros. Apesar da ferida deixada, que ainda sangra, tudo deve ser lembrado, é preciso deixar sangrar; assim é possível refletir e preparar um futuro bem distante do massacre intelectual deixado pelo pensamento arbitrário. Passados quarenta anos, analisar essa passagem triste, que nenhum benefício trouxe para a sociedade, é medir prejuízos deixados na postura educacional do país e lamentar que a liberdade de expressão tenha sido um dia anulada, em detrimento de uma ditadura imposta, forçada e injusta. Mas a reflexão é imprescindível, a discussão é o caminho para livrar o Brasil dos problemas causados pela seqüência de governos equivocados.

A história do golpe militar de 1964, que traz paralela a história da censura, com todas as conseqüências e prejuízos absorvidos pela população brasileira, espalhou vítimas para todos os lados. Mas a importância dessas histórias para qualquer nação é inestimável, é a partir dela que se abrem caminhos para evitar erros cometidos no passado. A verdade tem que ser recuperada, independente dos horrores que carrega, novas gerações devem ter ciência de que ela existiu, para que não mais aconteça e para que os anos de chumbo permaneçam apenas como uma triste página na história do Brasil.

A realidade vivida por Carlos Heitor Cony fala por si só. As crônicas são fotografias de um tempo ruim, que jamais teriam sido reveladas se houvesse essa opção de escolha. O calor da hora, indignação, revolta e vontade de lutar podem, de alguma forma, ter alterado a visão do escritor, dotando-o de sentimentos que transbordaram da alma e caíram no papel. Mas os detalhes descritos são passaporte para o tempo, que leva o leitor às ruas do Rio de Janeiro, em 1º de abril de 1964, com tanques de guerra a impedir cruzamentos e armas a decorar o ambiente. Não há dúvidas, a verdade é esta: houve, de fato, censura, repressão, perseguições, torturas, mortes, e existiram alheios à vontade do povo, imposição empurrada à força, indigesta e dura, e que o povo engoliu com desencanto.

O trabalho da pesquisadora Beatriz Kushnir é polêmico e levanta questões até então encobertas ou simplesmente desconhecidas. Há inversão de tudo o que se registrou até hoje sobre o grau de cooperação entre jornalistas e governo militar. A presença de

censores da Polícia Federal que ocupavam redações, cortavam palavras, frases, textos inteiros, faz parte dos livros de história da imprensa brasileira. Militantes de esquerda presos por escrever demais, por recitar poemas contrários à ordem, por lutarem pela liberdade já castrada, também ocupam páginas de outros livros de história.

Fiéis aos donos, os “cães de guarda” farejaram uma brecha e, ao defender o castelo, venderam imagem errônea. Quando o pano de fundo mudou, muitos foram aposentados, outros construíram para si imagem positiva e heróica, distante do que realmente haviam feito. De todos esses esquemas e estrutura para perder o menos possível, deve ser sublinhado que jornal é produto que vende informação ao leitor e que os que pagaram por ele queriam saber o que se passava. Mas outros tantos sofreram com o que estava impresso nele.

Ao deparar com os registros do livro de Kushnir, o leitor passa a ter acesso a realidade inversa daquela conhecida há quarenta anos. A análise da conduta do jornal *Folha da Tarde*, foco da pesquisa da autora, permite que esse mesmo leitor saiba de que forma o periódico favoreceu o governo e contribuiu para que a censura durasse o tempo que durou e alcançasse os resultados, conhecidamente absurdos, que alcançou. É lamentável que a censura tenha castrado tanto a liberdade de expressão, perseguindo jornalistas que apenas tentavam cumprir o papel de informar.

É igualmente lamentável concluir que as duas versões recaem sobre o prisma da verdade, da realidade, do que de fato aconteceu. Carregadas de contradições e antagonismos, as duas verdades se chocam, mas chocam também quem as lê. A perseguição à palavra e à informação triunfou sobre o compromisso do jornalismo com a verdade. O regime coibiu; o povo e a imprensa se submeteram; parte desse povo e parte dessa imprensa foram coniventes. Verdades. Contraditórias, mas duas verdades.

## CONCLUSÃO

Durante uma década e meia sob o comando de policiais, a *Folha da Tarde* adquiriu apelido de jornal de “maior tiragem”. O local mais parecia delegacia do que redação de jornal. Outra acusação pesada era carregada pelo periódico: a de legalizar mortes decorrentes de tortura. Por essa ação, ficou conhecido também como “Diário Oficial da Oban”. Uma reflexão sobre os diversos papéis desempenhados por parte da grande imprensa demonstra a estreita relação entre jornalistas e policiais. Essas foram as conclusões tiradas por Beatriz Kushnir no estudo de caso, idealizado em livro.

Outro objeto de estudo desta pesquisa, as crônicas de Carlos Heitor Cony demonstram a resistência da imprensa ao regime e as ações sofridas com a prática da censura no interior das redações. São muitas as provas que evidenciam a conduta do governo em relação aos jornais durante os chamados anos de chumbo. Isso porque o alvo era a imprensa e ela representava perigo eminente. Desde que a corte real trouxe as primeiras leis de imprensa para o Brasil, já existiam censores. O papel dos jornais nas grandes decisões do país sempre foi de destaque, de poder.

Perceber a imprensa como quarto poder de uma República tornou-se senso comum. O quarto pilar – localizado fora do aparelho do Estado – deveria, segundo essa concepção, vigiar interesses dos leitores, cidadãos republicanos. O olhar externo e independente credita à imprensa o peso do domínio e autoridade. A autonomia desse poder é determinada pelas circunstâncias próprias de cada jornal porque, antes de mais nada, trata-se de empresa privada, que tem por objetivo o lucro e dele sobrevive. Em contradição ou não a esses propósitos, jornais vendem notícia como serviço de utilidade pública.

Alguns órgãos da grande imprensa se distanciam das reais funções educacionais, num antagonismo que os torna reféns das leis do mercado, do jogo político e da confluência de interesses e acabam se afastando da visão de liberdade. Observando a conduta da classe política atual – que não se utiliza de censores da polícia para proibir publicações, mas dita o publicável a partir de interesses próprios e escandalosos – concluo que os censores de hoje são outros. Vivo num país cujo jornalismo tem cada vez menos compromisso, mas ainda espero que a democracia realmente chegue à informação. A mediocridade reina, é forte, e cansa, o que me leva a concluir que o Brasil é um país sem sorte, envolvido em jogos de favores mútuos, onde o que vale mais é poder e sordidez. A partir dessa visão, vejo censura e proibições por toda parte, exceto onde necessariamente deveriam existir.

## BIBLIOGRAFIA

### Livros

ABRAMO, Cláudio. *A regra do jogo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

CARTA, Mino. *O castelo de âmbar*. Rio de Janeiro, Record, 2000.

CASTRO, Gustavo; GALENO, Alex (orgs.). *Jornalismo e Literatura: a sedução da palavra*. São Paulo, Escrituras, 2002.

CONY, Carlos Heitor. *A revolução dos caranguejos*. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

CONY, Carlos Heitor. *O ato e o fato: o som e a fúria das crônicas contra o golpe de 1964*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2004.

FREITAS, Jânio. *A imprensa e o AI-5*. Folha de S.Paulo, 15/12/1998, p. 5.

KUCINSKI, Bernardo. *A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo, Boitempo, 2004.

MELO, José Marques. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Rio de Janeiro, Vozes, 1985.

REIS FILHO, Daniel (org.). *Intelectuais, história e política (séculos XIX e XX)*. Rio de Janeiro, 7 Letras, 2000.

REIS FILHO, Daniel. *Ditadura militar, esquerdas e sociedades*, 2. ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2002.

REIS FILHO, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois*. Bauru, SP, Educs, 2004.

SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Rio de Janeiro, FGV, 2000.

### Internet

AGGIO JR., Antônio. Disponível em <<http://www.aggio.jor.br>>. Acesso em 25.10.2005.

DINES, Alberto. Disponível em <<http://www.obervatorio.ultimosegundo.ig.com.br>>. Acesso em 10.04.2006.

KUSHNIR, Beatriz. Disponível em <<http://www.anj.org.br>>. Acesso em 25.10.2005.

KUSHNIR, Beatriz. Disponível em <<http://www.unicamp.br>>. Acesso em 10.04.2006.